



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 3.1.1.** Repassar, mensalmente à PROPONENTE, o valor contratual previsto;
- 3.1.2.** Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada prorrogação ao exato período do atraso;
- 3.1.3.** Analisar, aprovar ou rejeitar a prestação de contas da PROPONENTE;
- 3.1.4.** Fiscalizar a utilização dos recursos, observando o plano de trabalho apresentado pela PROPONENTE;
- 3.1.5.** Acompanhar, supervisionar e avaliar, periódica e sistematicamente as ações pedagógicas desenvolvidas pela instituição;
- 3.1.6.** Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento;
- 3.1.7.** Realizar supervisão e orientação aos profissionais da PROPONENTE;
- 3.1.8.** Apurar, quando informado pelo Gestor da Parceria, a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- 3.1.9.** Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, para assegurar o atendimento, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens; atividades pactuadas:
- I** - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer
- II** - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.
- 3.1.10.** Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo: